

Luiz Eduardo Greenhalgh

"A ANISTIA FOI A ÚNICA LUTA QUE NÓS GANHAMOS E LEVAMOS"

*O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh participou ativamente da história de resistência política dos brasileiros que enfrentaram a Ditadura e construíram o movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita. Entrar nessa luta era algo incompreensível para muitas pessoas alheias ao que ocorria nos cárceres e câmaras de tortura, como o próprio pai do então estudante de Direito, que lhe cassou os privilégios de família rica, como castigo pela escolha política e profissional. Mais tarde, o pai seria mais um brasileiro a apoiar a resistência aos generais. Em depoimento a **Rita Freire**, especial para a Revista Adusp, Greenhalgh faz um retrospecto da luta pela Anistia no Brasil.*

Carlos Gueller



A prisão de Idibal Piveta

Meu envolvimento com a luta pela anistia começou antes, com a defesa de presos políticos. Era um sábado, em 1973, e eu li no *Estadão* a notícia de que um amigo meu, o Idibal Piveta, então advogado de presos políticos, tinha sido preso no DOI-Codi. Telefonei para o Airton Soares, sócio dele, e me ofereci para ajudá-lo no escritório, enquanto ele se liberava para cuidar do Idibal. Eu era ainda estudante de Direito e fazia estágio no escritório de advocacia do meu pai, especializado em desapropriações, e bem conhecido em São Paulo. Nunca tinha visto um preso político, nem tinha lido a Lei de Segurança Nacional. O Airton me mandou fazer uma visita à Casa de Detenção e foi aí que comecei a conhecer as pessoas que estavam presas, a tomar contato com os processos nas auditorias. O Idibal ficou preso durante 67 dias e eu fiquei esse tempo no escritório. Quando saí já tinha a certeza de ter dado outro rumo para a minha carreira profissional.

Meu pai ficou magoado, porque queria que eu assumisse o seu escritório. “Ficou de mal” de 1973 até o final de 1976. Me fez devolver o carro, sair de casa, não me deu mais nada. Fui morar no apartamento do zelador de um prédio da Rua Conselheiro Ramalho, na Bela Vista, e Madre Cristina me ajudou muito. Me formei, continuei no escritório do Airton e do Idibal e, em dezembro de 1976, peguei meu primeiro grande caso, que foi a queda da Lapa.

Queda do PC do B expõe general

O estouro do aparelho do Comitê Central do PC do B pela repressão em 16 de dezembro de 1976 deixou mortos Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, e outros dirigentes foram presos, como Aldo Arantes e Haroldo Lima, que se tornaram meus clientes por indicação de Madre Cristina. Era um caso de repercussão internacional. E o primeiro com participação do general Dilermando Gomes Monteiro, já no Comando do II Exército, que se fazia de bonzinho, depois da queda do seu antecessor, o general Ednardo D'Ávila Melo.

Em 1975, houve a repressão ao Partido Comunista inteirinho. Em julho, a morte por “enforcamento” do tenente José Ferreira de Almeida. Em outubro, morre o Vladimir Herzog nas mesmas circunstâncias. E em janeiro de 1976, morre o Manoel Fiel Filho nas mesmas circunstâncias. Então a opinião pública, e a Igreja, com o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, fizeram uma pressão muito grande, e tiraram o general Ednardo do comando do II Exército.

Um general “bonzinho”, Dilermando, assumiu o comando, foi ao D. Paulo e disse que em sua gestão não haveria tortura, não ocorreriam mortes, e que respeitaria os direitos humanos. De janeiro a dezembro de 1976 houve poucas prisões, até o estouro do aparelho da Lapa. Descobri que meus clientes estavam sendo torturados e denunciei isso na imprensa. O general desmentiu em nota oficial. Dei ou-

tra entrevista perguntando por que o general não apresentava os presos. Ele, no dia seguinte, divulgou outra nota oficial dizendo que mais comunista do que os presos era o advogado deles. Isso me deu notoriedade, me colocou enfrentando a repressão, e também levou meu pai a fazer as pazes comigo. Quando o general disse que ia me processar, mas que não apresentava os presos, meu pai ligou dizendo: “Não abaxe a crista para esse general. Se os seus clientes foram torturados, não tenha medo de processos”.

Um chacoalhão na LSN

Depois de 1976, acabei pegando os casos mais importantes da Justiça Militar, como o julgamento do Lula e da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e derrotamos a Lei de Segurança Nacional porque foi a primeira vez em que os réus não compareceram a um julgamento na Justiça Militar. O julgamento estava marcado para segunda-feira. Eu fui, na sexta-feira, à Auditoria Militar, e lá encontrei o soldado que deveria dar as senhas de meus clientes, datilografando alguma coisa. Vi que ele ficou branco, queria que eu sáísse da sala, tirou rapidamente o papel da máquina e eu intuí que ele já estava datilografando a sentença. Depois ele me deu as senhas e fomos tomar um café. Eu disse que sabia o que ele estava fazendo e que só queria perguntar uma coisa: “Quanto o Lula vai pegar?” Ele respondeu: “Três anos e meio”. “E o Djalma (Bom)?” Tam-



bém três anos e meio”. “E o (José) Cicote?” Então ele parou: “Doutor, não falo mais nada!”.

Em função deste episódio, tivemos uma grande reunião com meus clientes e os outros advogados. Propus que nenhum de nós fosse ao julgamento. Depois de muita discussão, o Lula decidiu: “Se o Greenhalgh disse que não é para ir, não vamos”. Na segunda-feira, às 9 horas, a Avenida Briga-

deiro Luiz Antonio estava fechada, desde a Avenida Paulista até o Viaduto Maria Paula, com brucutus, soldados, cachorros e bombas. Mas não chegamos. Fomos para a casa do Lula em São Bernardo. Eles acabaram nomeando um advogado dativo, fizeram o julgamento, condenaram as pessoas àquelas penas, mas cometeram um erro. Datilografaram um agravamento da pena, por não comparecimento

dos réus, em uma máquina cujo tipo era diferente daquela usada para a sentença, que já estava pronta. Com isto conseguimos anular o julgamento no Superior Tribunal Militar, que reconheceu a farsa.

Primeiros comitês pela Anistia

Desde o começo de 1975, os primeiros movimentos pela anistia

MADRE CRISTINA, SOLIDARIE

Instituto Sedes Sapientiae

Rita Freire

Madre Cristina, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, dizia não entender por quê nunca tinha sido presa. Sua participação ativa e solidária, na resistência à ditadura, não era segredo para ninguém. Quando morreu, aos 81 anos, em 1997, gente de diferentes causas

sociais e militância política apareceu para lembrar e agradecer ações de apoio e de coragem da psicóloga, religiosa, educadora e ativista política, em momentos difíceis, durante e depois do regime militar.

Nos anos 70, Madre Cristina buscava notícias de presos e desaparecidos e conseguia advogados para defendê-los. O próprio Instituto Sedes Sapientiae, sob seu comando, abrigou perseguidos políti-



Madre Cristina durante a construção do Sedes, na década de 70...

cos, reuniões clandestinas e tornou-se endereço de encontros pela anistia em São Paulo. Ali aconteceram a primeira reunião para montar o CBA, o primeiro Congresso Nacional do movimento em 1978 e as últimas tentativas de se ampliar os limites do projeto do governo, às vésperas da votação.

Ao inaugurar o Sedes, em 1977, Madre Cristina dizia ser aquele um espaço aberto aos que quisessem “estudar e praticar



vinham se organizando. Em 1974, houve uma eleição geral no Brasil. Tínhamos dois partidos, a Arena dizia “sim senhor” e o MDB, oposição, dizia “sim”. O povo, nessa eleição, votou em massa no MDB. O Quéricia, ilustre desconhecido, foi eleito senador por São Paulo com cinco milhões de votos. A análise desta eleição permitiu que a gente começasse a discutir um processo de anistia, de abertura

política, de redemocratização do país. Em São Paulo, em janeiro ou fevereiro de 1975, algumas mulheres lideradas pela Terezinha Zerbiní fundaram, com ajuda da Madre Cristina, o Movimento Feminino pela Anistia. Mas eram pessoas, quando eu achava que o certo seria engajarmos entidades. No Rio de Janeiro, a Eni Moreira, advogada que trabalhava com o Sobral Pinto, também começou a articular

um Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual depois ela seria presidente. Era mais amplo, não só com a participação de mulheres, mas ainda eram pessoas. Conversei bastante com Madre Cristina e, aqui em São Paulo, começamos a assumir a perspectiva de um CBA com entidades representativas.

Então vieram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mesmo com o Joaquinção, pelegão na época

DADE NOS ANOS DE CHUMBO

Instituto Sedes Sapientiae



... e nos anos 90, com o bispo d. Pedro Casaldáliga

um projeto para a transformação da sociedade”. Em vinte anos, no Sedes, nasceram ou ganharam espaço centros de educação popular, pastorais de Terra e do Índio, movimentos de saúde mental, direitos humanos, indígenas e a Secretaria Nacional do MST.

Formada em filosofia pela antiga Faculdade Sedes Sapientiae, em 1940, e criadora da primeira clínica de psicologia no Brasil, a religiosa apontava um papel

educativo e social para o psicólogo. Mas ela mesma foi além, como ativista. Certa vez, pôs-se a conversar com dois policiais que escoltavam um preso para um eletroencefalograma na clínica. Queria saber como se sentiam mantendo aprisionados jovens idealistas. “Eles se sentiram tão ameaçados que, pelo rádio, pediram reforço e cercaram o quartirão”, contou em sua última entrevista ao Conselho Regional de Psicologia.

Conta-se que Madre Cristina teria enfrentado pessoalmente o temido delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. “Eu nem sabia quem era o Fleury. Eu chegava lá (no DOPS) e dizia que tinha ido visitar meus netos. Quando eles queriam me impedir de entrar, eu ia passando e dizia que não estava perguntando se podia. E se eles ameaçavam atirar, eu dizia que podiam atirar. Não sei, acho que Deus estava comigo”, concluiu a religiosa, ao lembrar o quanto esteve exposta à repressão.

ca, a Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Arquidiocesana, a Adusp, que teve uma ação de grande importância ao publicar um livro negro da repressão política na Universidade de São Paulo. Vieram o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas e entidades do movimento estudantil que começavam a se reorganizar, como o Centro Acadêmico XI de Agosto, o DCE, a UEE. Eu representava advogados de presos políticos, outros eram representantes dos familiares de presos, outros dos médicos contra a tortura. Cada um de nós não estava representando a si próprio e tinha de dar satisfação a outros. A Ruth Escobar abria o Teatro para fazermos reuniões. Lembro de uma em que até o Fernando Henrique compareceu e falou dos professores cassados na USP.

Tem ato! Onde? Na Sé

A primeira ação do CBA de São Paulo se deu por causa da prisão dos militantes da Convergência Socialista. Fomos para o pátio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na mesa, estávamos eu e a Veroca Paiva, filha do Rubens Paiva, o Marcelo Barbieri, que hoje é deputado federal, o Arnaldo Jardim, que a gente chamava de chefão, hoje deputado federal. Estávamos ali dirigindo o ato, com um bruto medo, quando tivemos a informação de que a Faculdade estava cercada pela tropa de choque. Pedi calma. A Veroca ficou toman-

do conta do ato e eu fui com mais algumas pessoas falar com o coronel Braga, que era comandante da PM e que avisou: “Vai tudo em cana!” E explicou: “Isto aqui é o resto de comunista que tem em São Paulo”. Argumentamos que era um ato pela anistia. Mas ele disse: “- Que anistia? É tudo subversivo!” Acabamos fazendo uma negociação: terminaríamos o ato e todo mundo sairia de mão na cabeça, mas ninguém seria preso. Foi quando montamos pela primeira vez um esquema de segurança. As pessoas mais visadas tinham que chegar em casa e ligar para o meu escritório.

O segundo passo foi um ato aberto, que fizemos no lado externo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Se tivesse polícia, a gente entraria correndo. Depois, uma terceira ousadia: nossa primeira passeata, do Largo São Francisco até a Praça da Sé, em 1977. As pessoas começaram a jogar papel picado. A Sé estava proibida desde maio de 1970, quando o governador Sodrê, no Dia do Trabalhador, levou a famosa pedrada. Mas chegamos na Sé, fizemos um pequeno comício e ninguém foi preso. Depois fizemos uma passeata mais longa: Teatro Municipal, Viaduto do Chá, Libero Badaró, Largo São Francisco, Senador Queiroz, Praça da Sé, e vimos simpatia da população. Começamos a pegar firme na bandeira, que era “Anistia ampla, geral e irrestrita” e fizemos nosso primeiro ato na Sé. Apenas chegamos. Montamos nossas bancas, instalamos som na catedral, com um fiozão grudado com esparadrapo para ninguém cortar. Daí para a

frente, ocupamos a Praça da Sé. Nos viciamos. Qualquer nota do governo que a gente não gostava, a resposta era ir para a Praça da Sé. “Tem ato! Onde? Na Sé!”. Era nosso exercício da liberdade. No dia da Anistia, 28 de agosto de 1979, nós faríamos atos no Brasil inteiro, simultâneos. Aquela foto da pomba pousada na faixa da Anistia seria feita nesse dia, na Praça da Sé, com 100 mil pessoas reunidas.

A unificação do movimento

Cada comitê pela Anistia, em cada estado, era diferente, alguns tinham nascido por causa dessa luta, outros eram antigos comitês de direitos humanos. O primeiro Congresso Nacional pela Anistia, realizado nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 1978, reuniu 2 000 pessoas. Eu tive a certeza de que íamos ganhar. As reuniões eram feitas no Sedes Sapientiae. Mas também abrimos o Tuca e, pela primeira vez em público, chamamos os nomes dos nossos companheiros desaparecidos. Inventei de todo mundo dizer “presente” a cada nome. E foi uma emoção. Quem participou, nunca vai esquecer. Carlos Marighela: presente! Lamarca: presente!. E a cada um dos guerrilheiros: presente, presente, presente! Tinha família de desaparecido que falou pela primeira vez. Teve depoimento de mãe com o filho morto havia dez anos. E com filho exilado não sei onde. De militante que foi torturado e disse que ainda tinha delírio persecutório. As pessoas verbalizaram pela primeira



Carlos Gueller



Luiz Eduardo em seu escritório

vez, naquele ato público, o que tinham passado. O Congresso unificou a luta pela anistia. Juntamos em um livro o que era a luta das famílias dos desaparecidos, a luta dos presos políticos, dos exilados, dos banidos, a luta contra a tortura, contra a LSN. Eram os Anais do I Congresso Nacional pela Anistia, uma relíquia que ainda tenho. Editamos 5 000, depois mais 15 000 e distribuimos pelo Brasil, para entidades, para pessoas que recebiam e tinham que discutir coletivamente. Neste Congresso, nós tiramos uma executiva nacional: dona Iramaya Benjamin, do Rio de Janeiro, dona Helena Grecco em Minas, eu em São Paulo e gente do Brasil inteiro, gente com vivência.

O governo vencido aos poucos

Quando fundamos o CBA em São Paulo, o general Golbery do Couto e Silva deu uma entrevista: “Não adianta vir com essa história de anistia. A revolução não foi, ela

é e continuará a ser”. No final do ano, em 1976, o Golbery deu outra entrevista dizendo: “Anistia não, mas nós podemos fazer uma revisão caso a caso, daqueles que não pegaram em armas ou tiveram bom comportamento carcerário”. Nós respondemos exigindo anistia ampla, geral e irrestrita. Mais para frente, ele disse que daria um indulto para os presos de bom comportamento. Dissemos “não”, queríamos anistia ampla, geral e irrestrita. Depois do Congresso da Anistia, Golbery disse que o governo estava disposto a dar uma anistia parcial. Dissemos “não”, teria que ser ampla, geral e irrestrita.

O primeiro contato do governo com o CBA, oficialmente, foi em junho de 1979, dois meses antes da promulgação da lei. Recebi um telefonema do chefe do gabinete do ministro da Justiça, Petronio Portela, informando que ele queria enviar uma cópia do anteprojeto de anistia. Perguntei se era ampla, geral e irrestrita. Ele disse que não, mas que o ministro falaria comigo.

Respondi que não e desliguei o telefone. Dois dias depois, Petronio Portela chamou um jornalista de *O Globo*, para uma entrevista qualquer. A notícia foi de que o jornalista viu sobre o sofá o anteprojeto da anistia, que o jornal publicou na íntegra. Mas quando foi divulgado, já tínhamos articulado um “cacete” nesse projeto, de norte a sul do país. Mal chegou ao Congresso Nacional, e o país já estava contra.

A adesão de Teotônio

Um fato importante, nesse momento, foi a conversão do senador Teotônio Vilela. Tinha sido designado pelo governo relator da Comissão Especial de Anistia, para defender seu projeto. Fomos visitá-lo, para falar do CBA, e ele avisou: “Anistia é via de mão dupla e eu não vou defender anistia para terrorista”. Parei, voltei e falei: “Não conheço nenhum terrorista. Terrorista para mim é o governo. O sr. se disporia a visitar os presos para ver se encontra algum terrorista?” Ele perguntou se a gente organizaria as visitas e concordou. Havia presos políticos em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, por todo o Brasil. A primeira visita foi em São Paulo. Antes, o senador disse que em 31 de março de 1964 tinha saído com uma metralhadora em punho, em Macaí, caçando comunista.

Quando saiu do presídio Romão Gomes, a jornalista Marilena Chiarelli, da *Globo*, perguntou: “E aí, o que o sr. achou dos terroristas?” Ele disse que não tinha en-

contrado nenhum terrorista, somente jovens idealistas que arriscaram as suas vidas pela liberdade do Brasil. Ela parou e perguntou: “Mas o sr. hospedaria algum deles em sua casa?” Ele disse que hospedaria todos eles, convite que não faria a muitos ministros do atual governo. Aí o coração bateu alto. À noite, ele disse em uma palestra em Santos que foi o dia mais importante de sua vida, porque encontrou pessoas que tinham dado profundo sentido às suas vidas, e que se ele pudesse ajudar dali para a frente para que essas pessoas fossem soltas e os exilados voltassem, ele poderia contribuir com o sentido da vida do Brasil. A partir daí, todo dia ele ligava para saber de cada preso que conheceu, em São Paulo e outros presídios do Brasil. Até para perguntar do resfriado do Chiquinho, preso que o impressionou porque cultivava orquídeas e tinha passarinhos na cela, onde já estava havia dez anos.

Para o governo era um absurdo: fizemos nosso projeto de Anistia ampla, geral e irrestrita, e o senador que estava lá para defender o projeto do governo defendia o nosso. Quando foi votada a lei de Anistia, quase 50% da base do governo votou em nosso projeto. Venceu a Anistia parcial, mas o movimento tinha tanta força que eles não conseguiam segurar as pessoas nos presídios, que foram abertos. Quem estava fora do projeto inicial, teve o livramento condicional facilitado. Para outros, anistiavam uma parte da pena e mandavam o preso embora. E as pessoas começaram a voltar

do exterior. Fizemos vários atos no Aeroporto de Congonhas. Recebemos o Betinho, o João Amazonas, o Fernando Gabeira. Quando chegou a Flávia Shiling, presa política do Uruguai, fizemos até panfletagem no Aeroporto. Recebemos o Zé Dirceu, o Manoel da Conceição, o Arraes. Ficamos *p. da vida* com o Brizola, porque resolveu atrasar sua volta e tínhamos um ato pronto para recebê-lo dois dias antes.

Investigando denúncias

O movimento pela anistia também passou a receber (e investigar) denúncias de desaparecidos, de torturadores. Começamos a montar listas. O primeiro caso foi o de Maria Augusta Tomás e Márcio Beck Machado. Marido e mulher, se refugiaram em uma fazenda em Rio Verde, Goiás. A polícia foi lá, matou-os e enterrou os corpos na fazenda. Foi o primeiro caso que o CBA investigou com sucesso. Na volta de Rio Verde para Goiânia, uma senhora me deu um envelope. Era um conjunto de 18 fotos da repressão à Guerrilha do Araguaia, em que os corpos eram jogados de pára-quadras, dentro de sacos. Tinha foto inclusive de cadáveres no chão. A partir daí, nós abrimos o processo da Guerrilha do Araguaia, que até hoje tramita na Justiça.

Depois resolvemos direcionar. Fomos a Perus. Sabíamos que muitos mortos eram enterrados como desconhecidos. Foi um trabalho bonito. A Suzana Lisboa e o Ivan Seixas (da Comissão de Familiares de

Mortos e Desaparecidos Políticos) passaram dias dentro do cemitério, revirando livros. Tínhamos que contatar organizações clandestinas, que na época já estavam desestruturadas, para saber os nomes que os militantes usavam. Nós checávamos os nomes falsos e os verdadeiros procurando naqueles livros. Não podíamos fazer nada porque era a gestão do Maluf. Mas fomos acumulando informações, até que no governo do PT a vala de Perus foi aberta.

A única luta que ganhamos e levamos

Das lutas que participei, a da Anistia foi a mais bonita, a mais importante e a única de que a burguesia não se apoderou. Tivemos a Assembléia Nacional Constituinte, que deu em Centrão. Tivemos as eleições diretas, que acabaram em Collor. Tivemos o *impeachment*, que deu em Itamar e Fernando Henrique. Dessas lutas todas, a Anistia foi a que nós conseguimos ganhar e levar. Usufruímos a vitória. As pessoas foram soltas, voltaram, se candidataram. Muitos militantes importantes do movimento, como Perseu Abramo, foram para a fundação do PT. No projeto parcial, vitorioso, os torturadores foram anistiados por antecipação. Nem tinham sido condenados. O projeto Brasil Nunca Mais (que levantou nomes e histórico das prisões, torturas e desaparecimentos) listou os torturadores e funcionou como sanção moral. Há poucos meses, o FHC nomeou um diretor da Polícia Federal. Mas ele estava na lista. Teve que sair. **RA**